

GLÊNIO SÁ

Uma historia de luta e de amor

PARECIDOS POLÍCIA
PIERRILHA DO ARAGUAIA
do Para 12 de abril de 1972 a 05 de janeiro de 1975
OB - Partido Comunista do Brasil

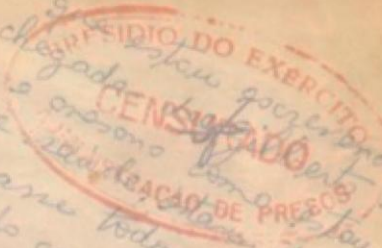


MINISTÉRIO DO EXERCÍCIO
CORANCO DO I RENOVO - CENSURA POLITICA

DECLARAÇÃO

Declaro que o portador da presente é o Sr.
FERNANDES DE SÁ, esteve detido em
cativeiro, libertado-se atualmente, liberado, e
destacou-se para FORTALEZA, em 05 de setembro de 1961.

Ric., 23, 05 de Setembro de 1961.



... dia de 19...
... endereço...
... quando exames terminarem todos, para quando
... logo, porque sei que voce já está ansioso
... faleceu o Dr. Lourenço, desde de quando
... respondeu tão rápido, porque
... e toda a família que o
... bem...

GLÊNIO FERNANDES DE SÁ

Por Fátima Sá (viúva), Gilson Sá (filho) e Jana Sá (filha)

Biografia

Glênio Fernandes de Sá nasceu no município de Caraúbas, Rio Grande do Norte, em 30 de abril de 1950. É o mais novo dos sete filhos do casal Raimunda Fernandes de Sá e Eptácio Martins de Sá, tendo como irmãos Gilberto Fernandes de Sá, Gilson Fernandes de Sá, Gil Fernandes de Sá, Ivaneide de Sá Fernandes, Ivanete de Sá Fernandes Saldanha, e Eptácio Martins de Sá Filho.

Em Natal, casou-se com Maria de Fátima Beserra de Sá, em 19 de dezembro de 1979, com quem teve dois filhos: Gilson Fernandes de Sá Sobrinho (1981) e Jana Beserra de Sá (1983). Em 2003, nasceu sua primeira neta, Ana Beatriz de Sá Vasconcelos.

Início do engajamento na luta política

Glênio Sá iniciou sua participação na luta política partidária muito cedo. No desabrochar da juventude, atuou na linha de frente da resistência contra a ditadura militar, regime que mergulhou o país numa noite histórica de 21 anos marcada pela censura, prisões, torturas e desaparecimentos.

Dois anos depois do golpe militar de 1º de abril de 1964, aos 16 anos, Glênio começou seu engajamento na ação política oposicionista, quando ainda fazia o curso ginásial no Colégio Estadual de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Em 1968, já em Fortaleza, engaja-se rapidamente no movimento estudantil cearense, do qual passa a participar ativamente, quando ingressa nas fileiras do PCdoB.

Glênio teve contatos com pessoas da Ação Popular (AP), com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o Partido Comunista do Brasil (PC do B), com os trotskistas e com grupos do Partido

Comunista Revolucionário (PCR). Identificou-se mais claramente com o PC do B, que, no Ceará, detinha a hegemonia do Movimento Estudantil, estando à frente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e da grande maioria dos Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs).

Através do Centro de Estudantes Secundários do Ceará (CESC), Glênio fez parte das manifestações estudantis da época, sentindo de perto a repressão policial. Ainda em 1968, participou do Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em Salvador, Bahia, juntamente com mais três delegados cearenses. Ao chegarem a Aracaju, foram surpreendidos pelo decreto do mal-afamado AI-5. Nesse período, sentiu na pele o que era viver num país sem liberdade.

Por suas atuações no movimento estudantil e pelas suas posições políticas foi preso duas vezes em 1969. Em consequência da primeira prisão, na cidade de Crato/CE, foi indiciado no Inquérito nº 18/69, instaurado pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Ceará. O Inquérito foi remetido à Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, sendo arquivado por solicitação do Procurador Militar, que arguiu inexistência de crime a punir. Foi solto três meses depois.

Glênio Sá continuou militando no movimento secundarista até início de 1970, quando, no auge da Ditadura Militar, deslocou-se para o sul do Pará, onde ajudou na organização e conscientização dos camponeses da região na luta contra grileiros e latifundiários, num movimento que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia.

Por sua participação na Guerrilha, foi preso em 1972 e libertado apenas em 1975. Neste período, foi barbaramente torturado e transferido, por diversas vezes, de prisão.

Apesar de sua destacada importância nessa luta em defesa da libertação da população daquela região, Glênio não foi julgado por tal participação. As Forças Armadas tinham por objetivo ocultá-la, através da censura e de outros tipos de manejos da ditadura.

Por causa das torturas sofridas nos cárceres do regime militar, Glênio adquiriu profundas marcas físicas, resultado do período em que teve de ficar confinado em ambientes impróprios para a permanência de qualquer ser humano. Contudo, morreu sem receber as reparações devidas pelo Estado, que fez da sua vida um período de desassossego.

Ao final das operações no Araguaia, intituladas pelos militares de cerco e aniquilamento, apenas oito, dos 69 comunistas que participaram da guerrilha, sobreviveram: Criméia Alice Schmidt de Almeida, Dagoberto Alves Costa, Danilo Carneiro, Dower Moraes, Glênio Fernandes de Sá, José Genoíno Neto, Luzia Reis e Regilena da Silva Carvalho.

Guerrilha do Araguaia

O Araguaia foi uma forma superior da resistência à ditadura militar. Movimento guerrilheiro de contestação política, concebido, planejado, organizado e dirigido pelo Partido Comunista do Brasil, entre os anos de 1966 e 1975, no sul do Pará, é sempre evocado quando se trata de passar a limpo a história do país e iluminar os porões do regime militar.

Em três décadas, o movimento foi indexado em milhões de páginas por inúmeras reportagens, estudos, pesquisas e, a cada ano, novas revelações incrementam a curiosidade persistente em torno do tema.

Informações que não revelam todas as verdades sobre o movimento, já que para isso seria necessária a abertura dos arquivos do Exército, mas que atestam a derrota mais profunda da história oficial que, em mais de 500 anos da formação do povo brasileiro, tratou de obscurecer incontáveis lutas, menosprezadas como episódios sem significação.

Assim, o discurso sobre a Guerrilha, que a princípio foi formalmente proibido, mais tarde esquecido ou banalizado como apenas mais um exemplo daquilo que seria a vocação para o fracasso da esquerda brasileira, ressurgiu agora sob nova perspectiva. Novas descobertas e fatos, o situa como movimento incontestável.

O regime do medo que sustentava o passado já não serve de desculpa ao presente democrático. A luta agora é para que as novas gerações, então, não esqueçam que a luta pela democracia e pela liberdade é o que fortalece a sociedade.

Atuação após a Guerrilha

Ao alcançar a liberdade, em setembro de 1974, Glênio já tinha a convicção da tarefa de reconstruir o Partido Comunista do Brasil no Estado, com uma atuação muito intensa na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde cursava Geologia.

Com determinação, apesar de todas as durezas enfrentadas na selva, mais de três anos de tortura ininterrupta e da ameaça de morte nas mãos do Exército brasileiro, Glênio não desistiu da luta por uma sociedade mais justa.

Ele teve atuação combativa no Comitê norte-rio-grandense pela Anistia. Foi presidente da Sociedade de Defesa de Direitos Humanos. E, como estudante de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, voltou a participar ativamente do Movimento Estudantil, sendo eleito, em 1979, presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Exatas.

Entre os encontros que organizou e participou destaca-se o Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes, em 1979, na cidade de Salvador; formação Comitê norte-rio-

grandense pela Anistia, em agosto de 1979; foi presidente da Comissão Diretora Regional Provisória do PCdoB/RN; responsável pelas Distribuidoras e Sucursais dos Veículos de divulgação do PCdoB no Rio Grande do Norte; participou ativamente das diversas manifestações promovidas pelas Centrais Sindicais (CUT, CGT e USI), como parte das Greves dos Trabalhadores; bem como de atos públicos, como o “Dia Nacional de Advertência”, em Natal, que tinha como objetivo pressionar os constituintes a aprovar o mandato de quatro anos para Sarney, com eleições ainda em 1988.

Por diversas vezes, foi palestrante nas comemorações ao aniversário da Guerrilha do Araguaia, promovidas pelo PCdoB, que objetivavam levantar um apelo às entidades populares sobre a necessidade de se solidarizarem com os familiares dos mortos e desaparecidos no episódio, de modo a pressionar a Justiça Federal a dar andamento ao processo movido pelas famílias que queriam saber onde estavam enterrados os seus mortos, bem como resgatar o heroísmo e a bravura destes combatentes, que lutaram por um ideal de defesa do povo e liberdade. Em 1984, foi testemunha em uma ação que pedia esclarecimento sobre os desaparecidos na Guerrilha do Araguaia.

Mas esta caminhada, que teve início nos movimentos estudantis de 1966 e ganhou forma com a Guerrilha do Araguaia, só foi concretizada na luta pela reestruturação e legalização do PCdoB no seu Estado, o Rio Grande do Norte.

Reconstruindo os documentos do partido a partir da própria memória e, posteriormente, com a ajuda de um radiogrador, que fixava as informações da Rádio Tirana, Glênio reestruturou, dirigiu e elevou a influência e o respeito do PC do B no Rio Grande do Norte, sendo seu principal dirigente até o ano de sua morte, em 1990.

Foi candidato a vereador em 1982, a deputado estadual, em 1986, e em 1990, ao Senado pela Frente Popular do Rio Grande do Norte, quando faleceu, vítima de um mal explicado acidente automobilístico.

Vigilância e violação de intimidade ultrapassam mais de dez anos a edição da Lei de Anistia/1979

A vigilância e a violação de intimidade perpetradas contra Glênio ultrapassou mais de dez anos a edição da primeira Lei de Anistia. Uma Certidão da Agência Brasileira de Inteligência, a ABIN, e dossiês dos órgãos de segurança e informações do Regime Militar comprovam que a perseguição a Glênio durou até o ano de sua morte, o que suscita dúvidas quanto à morte por acidente automobilístico.

Ora, a plena restauração da democracia não ocorreu num momento único, mágico, estático, em decorrência de um diploma legal elaborado sob as restrições da ditadura agonizante. A permanência das atividades dos órgãos da repressão, bem como as perseguições aos opositores do regime, se estenderam muito além da edição da Lei de Anistia, de 1979.

‘Acidente’ de 1990

Em 26 de julho de 1990, após uma atividade política de campanha realizada no município de Currais Novos, Rio Grande do Norte, Glênio Sá recebe um convite para uma atividade (almoço) no município de Jaçanã.

Na estrada que liga os municípios de Coronel Ezequiel e Jaçanã, um carro opala-preto colide de frente com o fusca em que estava Glênio Sá, que faleceu no local, ficando preso às ferragens.

Jornais locais noticiaram que o Opala era conduzido por quatro pessoas embriagadas, que vinham em alta velocidade e teriam colidido com o fusca em uma curva da estrada.

Contudo, o laudo do Instituto Técnico-Científico de Polícia do Rio Grande do Norte (ITEP) mostra que o Opala, no momento da colisão, emprega uma velocidade média três vezes maior do que vinha, colidindo numa linha reta com o fusca.

Apesar da versão oficial do acidente, moradores da região não sabiam informar como os integrantes do Opala haviam fugido do local e até hoje não falam muito sobre o assunto.

Não há, também, nenhum registro na delegacia de Jaçanã da década de 1990, e em Santa Cruz, a delegacia também não forneceu nenhum registro. Até mesmo o livro de registro do centro em que foi velado o corpo de Glênio desapareceu.

O advogado Manuel Pereira foi procurado pelo cunhado de Glênio, Enói Saldanha da Câmara, para investigar o suposto acidente. De posse dos documentos do Opala, que haviam sido deixados no carro, foi descoberto que a placa do veículo era fria, com endereço de um proprietário de uma padaria em São Paulo, que ficou surpreso, já que não sabia nem mesmo dirigir.

Além desses indícios, outros fatores contribuem para a crença que Glênio não fora vítima de um acidente, mas de uma emboscada muito bem planejada:

1981 – Glênio e sua família recebem bilhetes com ameaças já no período de abertura política do país;

1987 – Jornal natalense *Dois Pontos*, de 18 a 24 de abril de 1987, noticia a trajetória de luta de Glênio Sá na guerrilha do Araguaia. O depoimento exclusivo concedido por Glênio aos jornalistas Marcos Aurélio e Walter Medeiros, que, em quatro páginas, revelou histórias que a censura manteve inéditas por tantos anos e que não podiam deixar de ser conhecidas por quem desejava entender a realidade política do Brasil, não poderia ter tido repercussão pior entre os militares. Três meses depois da entrevista, um militar, identificando-se como Isnard A. Vieira (1987), enviou ao jornal *O Poti*, diário de Natal, uma carta em resposta à entrevista do “ex-terrorista”, como classifica Glênio Sá. Segundo Vieira, o depoimento de Glênio “omite

fatos, cria outros, fantasia situações, dá asas à imaginação e exagera nas inverdades, procurando encobrir procedimentos”. Vieira diz que, como apenas os comunistas fazem alarde sobre a Guerrilha do Araguaia, aquilo que dizem adquire foros de veracidade. Afirma, então, que a reportagem feita com Glênio “faz parte de uma campanha orquestrada em todo o país, com o objetivo de enaltecer o partido que obedece às ordens da Albânia, tentar inutilmente produzir heróis e, em contrapartida, levar as Forças Armadas ao descrédito”. Para Vieira, a atribuição da declaração do efetivo de 20 mil homens a Viana Moog, assim como o número de baixas sofridas pelo Exército, é fantasiosa, e Glênio teria delatado os seus companheiros.

Em carta à redação de *O Poti*, datado de 11 de agosto de 1987, Glênio, invocando a Lei de Imprensa para o direito de resposta, contesta as observações publicadas na última edição desse semanário, quando o militar, de Brasília, analisa a Guerrilha do Araguaia. Para Glênio, a grave acusação de delação dos seus companheiros feita por Vieira é insustentável, haja vista que o militar não cita um só nome dos que poderiam ter sido prejudicados. Além disso, Glênio alega que não foi apresentada uma única prova que fundamentasse pelo menos um fato ou dado entre os muitos que, segundo Vieira, Glênio teria fornecido aos órgãos de repressão, bem como através de que vias teria Vieira obtido informações. Quanto ao questionamento do número de baixas das forças e dos efetivos empregados nas três campanhas de cerco e aniquilamento, Glênio diz estranhar que com tanto acesso às informações, que Vieira afirma ter, ele ignore as declarações feitas pelo General Walter Pires e o General Viana Moog, dadas a revista *Veja* (6 de setembro de 1978). “Continuo vivo sim, mas com a consciência tranqüila”, declarou Glênio.

1989 – Último depoimento público de Glênio durante uma comemoração aos 10 anos da Lei de Anistia, onde ele aponta os nomes dos seus torturadores durante o regime militar;

1990 – Laudo do ITEP, que para a família, desmente a versão oficial;

1990 – Na data de 20 de dezembro de 1990, quando é lançada em Natal, capital do Rio Grande do Norte, na livraria Clima, a revista *Araguaia: relato de um guerrilheiro*, a casa de Glênio sofre o primeiro de três arrombamentos. No primeiro, apenas papéis, documentos são levados, e parte rasgados.

2002 – Certidão da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) traz registros referentes a Glênio e denuncia o controle ilegal de suas atividades até o ano de 1988;

2012 – O Arquivo Nacional envia Certidão de Informações com os documentos existentes no acervo do SNI e nos demais conjuntos documentais do regime militar que mostram que a vigilância e a violação de intimidade perpetradas contra Glênio durou até o ano de sua morte, 1990.

2012 – No livro *Memórias de Uma Guerra Suja*, o delegado Cláudio Guerra, narra crimes cometidos durante o Regime Militar e como os órgãos militares aturam após o período de redemocratização. Entre eles, aponta o assassinato de um político no Nordeste, depois de 1985 (págs. 146, 196 e 208), a mando do comandante Vieira (mesmo sobrenome do militar que respondeu entrevista concedida por Glênio).

Aspectos pessoais de Glênio

Homem simples, como não poderia deixar de ser, tinha debilidades, falhas e erros. Mas sabia que ser comunista não era um ato de proclamação solene nem apenas um comprometimento formal, era antes e acima de tudo uma transformação real e consciente nas ideias e práticas, no comportamento ideológico e moral, na elevação do nível de compreensão política e das aptidões práticas, no desempenho das atividades partidárias e das responsabilidades. Aos 16 anos, já tinha presente de que ser comunista era uma opção cotidiana.

Em todos os seus atos, era extremamente responsável para cumprir as tarefas revolucionárias. Era um líder que encarnava a missão e quem o seguia, seguia como quem segue o próprio organismo coletivo. Somente a morte quebraria um compromisso firmado por Glênio Sá. A morte interrompeu a vida de um homem que só queria a felicidade da humanidade. Ele não se importava se a trajetória desta felicidade implicava na abdicação das benesses de sua vida pessoal. Foi forte diante do inimigo de classe, mas foi impotente diante da morte.

Esse homem, a quem o povo mesmo inconscientemente deve muita gratidão pela abnegação com que abraçou a causa do proletariado, nunca reclamou da difícil vida pessoal que teve. Ao contrário, resistiu até onde a vida lhe permitiu que vivesse. Começou a luta lado a lado, organizou o partido lado a lado, e permaneceu fiel a ela lado a lado.

Militante de espírito cordato, capaz de dialogar sem perder o prumo, com a profunda convicção de que era possível trabalhar com as diferenças políticas. Exemplo de companheirismo, de combatividade, de coragem, de luta, mas acima de tudo de amor.

Ao ter sua vida e luta política atravancada em 1990, aos 40 anos de idade, Glênio deixa um legado de coerência, probidade, abnegação, lealdade, renúncia pessoal e, acima de tudo, incorruptibilidade. Contudo, de tudo o que a família sabe, o que mais me impressiona é a lembrança de um homem muito doce, calmo, carinhoso, compreensivo e presente.

Sempre que a família fala ou pensa nele vem a sua imagem sorrindo. Seu aspecto era o de uma pessoa que sabia seu papel na vida e vivia como se tivesse ainda todo o tempo do mundo pela frente.

Possuía a coragem e a paciência de quem fez uma descoberta de vida na vivência do sofrimento e a internalizou definitivamente como sabedoria. Aqueles que o conheceram mais de perto sabem que era de um temperamento afável no trato com as pessoas, um homem de muita compreensão com o lado humano. Doçura que só era perdida quando falava sobre o caráter injusto do sistema político e econômico do país. Corajoso, paciente e compreensivo, só não arredava pé dos princípios marxistas-leninistas.

Homem de Partido era arguto e ágil no pensar e no agir. Incansável, infundido confiança, jamais se dobrou às dificuldades, nunca temeu sacrifícios e riscos nem pensou em si mesmo ou em comodidades. Nem podia, como verdadeiro comunista não escolhia tarefas. Estava disposto a realizar qualquer missão designada pelo PCdoB.

Ao mesmo tempo em que deixou uma lacuna entre os quadros comunistas, muito difícil de ser preenchida, e um grande vazio na família, deixou o seu exemplo de vida e de luta.

Lições

As lições de vida de Glênio Sá não ficaram gravadas apenas na mente e nos corações daqueles que de alguma forma tomaram conhecimento de sua luta, mas também em lugares onde a luta dos estudantes e trabalhadores faz-se presente. Hoje, Glênio dá nome a um Centro Cultural em Caraúbas, ao auditório da sede do PCdoB no Rio Grande do Norte, a ruas nas cidades de Natal, Mossoró e São Paulo, a grêmios estudantis, a Sindicatos Rurais, ao sítio familiar Dutra, a Assentamento de Trabalhadores Rurais, entre outras homenagens. Mais recentemente, em março de 2013, recebeu o título de Cidadão Natalense *in memoriam*.

Antes de falecer, escreveu um relato de sua experiência na Guerrilha do Araguaia, publicado no mesmo ano de sua morte, em 1990, pela Editora Anita Garibaldi. A obra, mais do que homenagem à Glênio, é uma contribuição ao resgate deste importante acontecimento na luta do nosso povo pela liberdade.

Sobrevivência da Lei em debate

Para a família, se faz necessário refletir sobre a sobrevivência deste ato do general Figueiredo, pois não é possível haver anistia a graves violações dos Direitos Humanos.

Apesar de reconhecer que a Lei 6.683 representou um passo importante para que ultrapassássemos o longo período de regime ditatorial instaurado em 1964, permitindo a volta ao país dos militantes políticos que viviam na clandestinidade com suas identidades verdadeiras, foram muitos os retrocessos, com o perdão aos torturadores e assassinos estatais da época.

Após mais de três décadas do fim do Regime Militar, ainda há muito o que se fazer para consolidar a democracia no país. Mais do que nunca, precisamos enfrentar o debate sobre a Lei de Anistia. As atrocidades cometidas contra a pessoa humana durante a vigência dos regimes autoritários da América Latina chocaram a humanidade e, no Brasil, onde ainda não se completou o processo da justiça de transição, ainda representam uma ameaça ao futuro que queremos: livre, democrático, com mais Direitos Humanos.

Os atos de tortura, sequestros, desaparecimento forçado e outras atrocidades contra os dissidentes políticos, que se tornaram comuns entre 1964 e 1985, não podem ser considerados crimes políticos.

A sobrevivência dessa Lei de Anistia, considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, não se encaixa na tendência internacional, o que se faz bastante evidente desde que a Corte Interamericana de Direitos Humanos sentenciou o Brasil no Caso Guerrilha do Araguaia.

Esse trágico quadro da vida nacional exige a responsabilização às violações dos direitos humanos durante os longos 21 anos de arbítrio, praticados sob a égide da mais esdrúxula legislação de exceção de que se tem notícia e da penosa luta das Forças Democráticas pela restauração do Estado de Direito.

Faz-se urgente dá continuidade ao processo histórico de consolidação da promoção e defesa dos Direitos Humanos, de maneira a assegurar a completa justiça de transição, que pressupõe quatro tarefas fundamentais, segundo a definição da Organização das Nações Unidas (ONU): a reforma das instituições para a democracia; o direito à memória e à verdade; o direito à reparação e o adequado tratamento jurídico aos crimes cometidos no passado.

A revisão desta Lei assume um importante papel no compromisso com a justiça e com a democracia e na construção de um futuro onde as liberdades, em suas expressões mais amplas, sejam a tônica.

Por Fátima Sá (viúva), Gilson Sá (filho) e Jana Sá (filha)